

Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião

Roberto Borges Martins¹

Durante a maior parte do século XX, os principais historiadores da economia brasileira afirmaram que o declínio da produção aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, teria lançado Minas Gerais numa decadência severa e prolongada.

Segundo esses autores a crise teria se manifestado principalmente através de uma profunda depressão, da involução da economia para uma agricultura de subsistência “de baixíssima produtividade”, e do dramático empobrecimento da população. Sem condições de repor ou mesmo de manter seus plantéis, os mineradores os dizimavam na esperança vã de encontrar novos filões, ou vendiam os escravos, agora ociosos, para o novo setor exportador que despontava no Vale do Paraíba. De maior importador de cativos da colônia, Minas teria se transformado em um grande exportador, em tal volume que teria garantido a decolagem da lavoura cafeeira.

Um corolário muito repetido desta tese é o de que a regressão da economia teria sido acompanhada pelo definhamento da importante rede urbana estabelecida na fase ascensional do “ciclo”. O declínio da mineração teria forçado a população a abandonar as áreas urbanas, dispersando-se pelo meio rural. Semi-desertas e sem alternativas produtivas, as vilas e os arraiais do ouro teriam entrado em um processo de atrofia, e de deterioração econômica, social e física.

Aparentemente quem inaugurou esta visão sombria foi o historiador português Joaquim Pedro Oliveira Martins² quando escreveu, em 1880, que:

Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína: os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometidora; as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos.

(...) Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuía.

(...) A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados.

Por camas, tinham enxergas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

² Atribuo a Oliveira Martins a autoria original da tese do colapso da economia e da decadência urbana de Minas, porque não encontrei esta visão radical em escritos anteriores. As memórias e relatórios produzidos por funcionários da coroa portuguesa no final da era colonial enfocam invariavelmente o declínio da produção de ouro, os meios de remediá-la e de recuperar as receitas da Real Fazenda. Seu tom é dramático e alarmado – “cadavéricas minas” – mas não registram nenhuma crise geral da economia, nem miséria da população, nem ruína das cidades. Vejam-se a este respeito os escritos de José Vieira Couto, José Manuel de Sequeira, D. Rodrigo José de Menezes, Basílio Teixeira de Sá Vedra, José Elói Ottoni, José João Teixeira Coelho, e a própria “Instrução para o Visconde de Barbacena”, de Martinho de Melo e Castro, entre outros.

embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro. (Martins, 1978, p.83-85)

Oliveira Martins foi um destacado membro do “decadentismo português” do século XIX e da “geração dos 70” – um grupo de intelectuais que se auto-denominava “vencidos na vida” e que viveu assombrado entre o fantasma de um passado brilhante e a angustiante realidade do presente medíocre e sem perspectiva do seu país

Destemperado e adjetivo *ad nauseam*, sua narrativa histórica é um exercício de ficção, comprometido apenas com seus ódios e suas paixões. Demonstra em várias passagens de seu texto uma grosseira ignorância sobre fatos básicos da história do Brasil e sua única fonte de informação sobre Minas Gerais é o relato de John Mawe, que distorce de maneira radical e desonesta. A ferocidade vazia de sua visão sobre Minas revela um rancor atávico contra uma colônia que, tendo sustentado o luxo e a ostentação, de repente passara a negar oxigênio a um Portugal sufocado. O rancor de quem sabia que não haveria novos Conventos de Mafra, e que se Lisboa fosse novamente chacoalhada, chacoalhada ficaria.

Enfim, um demente, que não deveria ter sido levado a sério, mas que acabou influenciando toda a historiografia econômica brasileira do século XX.

O responsável por isto foi Roberto Simonsen (Simonsen, 1978, p.292-294 e 404 e Carone, 1973, p. 172-73 e 180) que, em sua *História Econômica do Brasil* (1937), transcreveu na íntegra o longo trecho citado acima, endossando sem qualquer questionamento a descrição do autor português sobre o aniquilamento da economia mineira. Pouco mais tarde, em 1940, Simonsen lançou a lenda da transferência dos escravos da mineração para o café, de sua própria lavra, que se tornaria um mantra repetido por gerações de historiadores.

Celso Furtado estava apenas repetindo Roberto Simonsen (e através dele Oliveira Martins) ao escrever que a economia mineira regrediu para uma economia natural, que as cidades entraram em declínio, e que os escravos foram vendidos para as áreas cafeeiras no final do ciclo do ouro. Na *Formação Econômica do Brasil*, que declarou ter escrito em três meses, nas “sobras de tempo que ia furtando” de outros trabalhos (Aguiar, 1997, tomo I, pp. 331-32), Furtado teve Simonsen como única fonte de informação sobre Minas, e produziu, em quarenta e oito linhas, a versão mais radical da *via crucis* da capitania, mesmo adotando uma linguagem menos colorida que a de seus antecessores.

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica - à exceção de alguma agricultura de subsistência - era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região (...) Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia. (Furtado, 1967, pp. 91-93 e 122-23).

O enorme sucesso de *Formação Econômica do Brasil* entronizou na historiografia brasileira a tese da bancarrota de Minas Gerais, que passou a ser repetida sem contestação – *magister dixit* – por quase todos os historiadores subsequentes, durante várias décadas.

Embora ainda circule entre leigos e ainda esteja presente em livros didáticos e em salas de aula, esta visão é hoje amplamente rejeitada por historiadores e pesquisadores acadêmicos. Graças a uma nova historiografia, surgida no final do século passado e no início do atual, com base em pesquisa primária e em farta evidência documental e empírica, sabemos que a economia mineira passou por uma intensa diversificação *desde seus primeiros anos*, que não sofreu nenhum colapso no final do século XVIII ou no início do XIX, que a importação de escravos nunca foi interrompida, e que Minas nunca foi um fornecedor de cativos para outras regiões.

Persiste, entretanto, alguma uma crença na tese da decadência urbana. Esta visão tem sido revista e já foi descartada em alguns casos, mas a mais importante das cidades da Minas colonial ainda permanece sob o estigma da prostração e do definhamento.

Vila Rica é, sem dúvida, o lugar mais emblemático do “ciclo do ouro”. Foi palco da descoberta da primeira jazida e logo se transformou em uma área mineradora de primeira grandeza. Criada vila em 1711, já em 1720 foi elevada à condição de capital do país das minas. Apesar de só ter recebido formalmente o título de cidade – Imperial Cidade do Ouro Preto – em 1823, foi desde muito cedo um dos maiores núcleos urbanos do Brasil, e um espaço econômico, comercial, administrativo e político de importância central no império português do setecentos, que tinha em Minas Gerais a sua jóia mais preciosa.

Rica e próspera, Vila Rica se destacava também pela cultura, pela arquitetura e pelas artes, e foi palco de processos e eventos políticos notáveis, até hoje lembrados e festejados pelos mineiros. Foi durante todo o século XVIII e além dele, o símbolo da opulência – “um Potosí de ouro” – e a grande referência do Eldorado que incendiava as fantasias e a cobiça dos coloniais, dos portugueses e da Europa inteira.

Muito mais tarde, talvez em virtude de seu próprio caráter emblemático, a imagem de Vila Rica foi apropriada por defensores da tese da decadência como símbolo do declínio de Minas Gerais.

O propósito deste trabalho é examinar o panorama econômico e social de Vila Rica no alvorecer do século XIX, com vistas a obter elementos que nos permitam avaliar de forma objetiva a tese de sua decadência.

Para isto utilizaremos duas fontes. A primeira delas, o levantamento censitário realizado em 1804 é conhecido, mas pouco explorado. Abrange os seis distritos urbanos do termo e foi publicado em 1969 pelo Arquivo Nacional. (Mathias, 1969)

A outra é constituída por três códices de documentos inéditos sob custódia do Arquivo Público Mineiro, que contém registros do donativo voluntário estabelecido pela Carta Régia de 6 de abril de 1804. (APM, CC 2202, CC 2203 e CC 1610).

Esses dois conjuntos documentais derivam do mesmo fato gerador: a solicitação feita a seus súditos brasileiros pelo Príncipe Regente D. João, de doações espontâneas à coroa portuguesa, em dificuldades financeiras causadas pelas guerras napoleônicas.

O momento focalizado por estes documentos não poderia ser mais adequado ao nosso propósito. Em 1804 a produção de ouro (medida pela arrecadação dos quintos) se encontrava muito próxima de seu ponto mais baixo, e a economia da capitania ainda não tinha começado a receber os estímulos que receberia com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Ou seja, Minas Gerais deveria estar no fundo do poço, de acordo com a visão dos historiadores decadentistas.

O Recenseamento de 1804

O censo de 1804 cobre os seis distritos urbanos do termo (Ouro Preto, Antônio Dias, Alto da Cruz, Cabeças, Morro e Padre Faria/Água Limpa/Taquaral) e é organizado por domicílios ou fogos. Traz, para cada domicílio, o nome do chefe e a listagem dos seus moradores, com condição, sexo, idade, relação de parentesco e raça. Os escravos tem sua nacionalidade registrada em 91% dos casos. As ocupações de 75% dos chefes de fogo e de muitos dos moradores adultos livres são especificadas. No distrito de Ouro Preto quase todos os escravos adultos tem sua ocupação registrada, nos demais essa informação é praticamente inexistente.

Foram arrolados 1.671 fogos, com 8.965 habitantes, sendo 6.097 livres e 2.868 escravos. É impossível determinar com precisão se estava ocorrendo aumento ou diminuição da população porque não existem dados seguros para qualquer período anterior. Essa carência não é só de Vila Rica, mas de toda Minas Gerais. Qualquer comparação temporal das populações de distritos, termos ou comarcas da capitania é um exercício temerário, que pode conduzir a erros grosseiros, porque além da falta de estatísticas confiáveis é também impossível garantir a comparabilidade das unidades territoriais ou administrativas.

Donald Ramos, um dos raros pesquisadores que utilizaram esta fonte, usa a baixa razão de masculinidade da população livre (82 homens por 100 mulheres) e a alta porcentagem de domicílios chefiados por mulheres (45%) para argumentar que provavelmente teria ocorrido emigração de homens em períodos anteriores ao censo. Isso é bem provável: de fato a porcentagem de fogos chefiados por mulheres é alta, muito maior, por exemplo, do que os 26% observados no conjunto da província em 1831. Mas, como o próprio Ramos observa, a população aparentemente já tinha se estabilizado na época do recenseamento. Em 1808 a razão de masculinidade tinha atingido 89 homens por 100 mulheres, no conjunto do termo.³ (Ramos, 1979 e Ramos, 1975, APM, SG77)

O contingente escravo, principal forma de acumulação de riqueza na época, era considerável, chegando a 32% da população total. Sua posse era amplamente disseminada – estavam presentes em nada menos do que 42,5% dos fogos da cidade e nos dois distritos mais importantes, Ouro Preto e Antônio Dias, mais da metade dos domicílios possuía pelo menos um cativo (50,5 e 53,8 respectivamente). Cerca de 80% dos 711 proprietários tinham até cinco escravos e apenas 9% possuíam mais de dez. O tamanho médio dos plantéis era de quatro escravos por fogo. Esta prevalência de pequenos plantéis está perfeitamente alinhada com o padrão da escravidão urbana em várias partes da América. A média observada em Vila Rica era maior do que os plantéis médios de Havana (3,1 em 1857), e de importantes cidades escravistas dos Estados Unidos como Saint Louis (2,5), New Orleans (3,0) ou Louisville (3,3) em 1850, e apenas ligeiramente inferior às médias da grande cidade portuária de Mobile, Alabama (4,6) e de Richmond, Virginia, a capital industrial do *Old South* (5,9), também em 1850. (Knight, 1970, p.134-135, Goldin, 1976, p.20 e Wade, 1964)

A razão de masculinidade dos escravos (139 homens por 100 mulheres) era mais baixa do que as normalmente observadas em Minas Gerais, mas muito elevada considerando o caráter exclusivamente urbano desta população. Em Cuba a razão de masculinidade dos escravos das áreas urbanas não passava de 88, em 1855, e nas treze maiores cidades do Caribe Britânico,

³ Utilizando uma abordagem estritamente demográfica, Ramos chega a algumas conclusões diferentes das minhas.

variava entre 72 e 99 homens por 100 mulheres em 1813-1819. (Knight, 1970, p. 79 e Higman, 1995, p.118)

A estrutura etária da população escrava apresenta uma deformação – um estreitamento na faixa de 0 a 9 anos, e um inchaço nas idades produtivas – bem característica das áreas importadoras.

A proporção de africanos (47%) é maior do que a observada em algumas regiões fortemente importadoras. Em todas as sociedades escravistas que interromperam ou reduziram suas importações essa porcentagem caiu muito rapidamente, porque a taxa de mortalidade dos africanos era muito mais alta do que a dos crioulos. Assim, a sustentação deste elevado coeficiente de africanidade indica que Vila Rica continuava adquirindo “negros novos” na época do censo. Um grande número de nações e etnias africanas (angola, xambá, nagô, benguela, cabinda, congo, rebolo, mina, cassange, cabundá, mofumbe, ganguela, quissamã, camondongo, cabo verde, e outras) estava presente nas escravarias da cidade, revelando contato freqüente e recente com o tráfico atlântico.

A alta proporção de escravos na população, a grande disseminação de sua propriedade, a forte presença africana, a deformação da estrutura etária, e a alta razão de masculinidade denunciam importações continuadas e relativamente recentes. Os proprietários de Vila Rica, assim como os do resto da capitania, não estavam liquidando seus plantéis, como afirma a literatura decadentista.

A análise da estrutura ocupacional nos permite descartar, de imediato, outra tese que também se tornou corrente na literatura – a de que a única sustentação de Vila Rica, que lhe garantia um sopro de vida, vinha do fato de ser a capital e sede do governo da capitania.

Vila Rica atravessava em 1804 uma fase de estagnação. As lavras exaustas haviam reduzido grande parte da população a um estado muito próximo da miséria (...) Da famosa Idade do Ouro restavam, praticamente, os vestígios materiais nos morros esburacados e nos córregos sinuosos onde renitentes faiscadores teimavam em buscar recursos para sobrevivência. Dava-lhe certo alento a circunstância de ser a capital administrativa da Capitania o que implicava na presença obrigatória de funcionários civis e militares com seu séquito de familiares e dependentes. (Mathias, 1969, p. IV e Brown, 1986, p. 462-465)

No censo podemos verificar que o aparato administrativo sediado na cidade era surpreendentemente pequeno. O número total de funcionários, de todos os poderes e de *todos os escalões*, era apenas 81, dos quais 65 eram chefes de fogo, que representavam somente 3,9% desta categoria. Da mesma forma, era bem reduzida a participação dos militares. Eles eram 134, de *todas as patentes* (das tropas regulares e das milícias), dos quais 76 eram cabeças de fogo, constituindo 4,5% desse grupo.

É oportuno lembrar que no Brasil colonial, ostentar uma patente não significava uma carreira militar. Em Vila Rica havia nesse ano 150 indivíduos com títulos de coronel, capitão, tenente, alferes, furriel e outros, que ganhavam a vida como funcionários, mineradores, comerciantes, alfaiates, sapateiros, seleiros, boticários, e até toucinheiro, cabelereiro e sacristão. O grande Manoel da Costa Ataíde, por exemplo, carregava a patente de alferes.

É óbvio que não era para atender à demanda apenas das famílias desse punhado de funcionários e militares que existiam quase 200 comerciantes, mais de 100 alfaiates, mais de 100 costureiras ou mais de 120 sapateiros.

Vila Rica sediava o poder executivo, o poder judiciário, a administração fazendária e o comando militar da capitania, mas *não era*, com certeza, apenas uma cidade burocrática, ou castrense – nem mesmo era sede do regimento de cavalaria que, desde 1779, ficava em Cachoeira do Campo, no quartel construído por D. Antônio de Noronha. Era, pelo contrário, uma urbe

complexa, multifuncional, viva e muito diversificada. Além da função administrativa ela tinha uma economia multi-setorial e oferecia serviços de saúde, educação, cultura, religião e outros.

Chamam a atenção a dimensão e a estrutura do setor comércio. Era alto o número de negociantes de fazenda seca, que lidavam com tecidos importados e outros produtos não comestíveis, como, chapéus, artigos de louça e vidro, ferro, aço, cobre, chumbo e estanho em chapas, barras e em obras, remédios de botica, armas de fogo, etc., em geral em lojas de porte considerável. Pelo menos um deles, Manoel de Magalhães Gomes, era também negociante de “negros novos”, ou seja, importador de escravos recém chegados da África.

Havia vários comerciantes de “molhados do Reino e da terra”, que vendiam alimentos e bebidas, muitas vezes importados e de luxo, como peixe salgado, queijos, presuntos e paios, passas e figos, azeitonas, azeite doce, vinagre, vinhos, aguardente do Reino, cervejas e licores.

Várias lojas eram especializadas em um único artigo (tabaco, couros, açúcar, bestas, madeiras e outros), o que denota a existência de um mercado amplo. Havia dez negociantes que vendiam exclusivamente toucinho.

As vendas e botequins, que trabalhavam com “efeitos da terra”, eram 110. Seus proprietários eram em grande parte mulheres, muitas delas forras, e sua clientela era formada pela classe mais pobre. Eram locais de socialização de pobres livres, forros e escravos ou, na visão de um membro da elite, “tabernas fedorentas” que não tinham “outros mais sortimentos que não fossem os queijos, a cachaça e o negro fumo”⁴. Considerando a hipótese extrema de que a clientela potencial das vendas fosse constituída pelos adultos de todas as classes, sexos e condições, haveria uma venda para cada 52 clientes.

Os sete tropeiros “com tropa no caminho do Rio” nos lembram que Vila Rica reteve a função, que exercia desde o *boom* minerador, de entreposto do comércio de longa distância (com o Rio de Janeiro e o litoral) e de centro de distribuição de escravos. Isso foi observado, pouco tempo depois, pelo inglês John Mawe⁵, o primeiro estrangeiro autorizado a visitar Minas Gerais, que lá esteve em 1809:

Os tecidos de lã inglesa não eram caros; panos finos e pesados (...) eram tão baratos quanto na Inglaterra, [havia] estampados comuns de algodão (...) chapéus, lenços, casimiras e produtos baratos de Manchester em grande abundância. Parecia haver grande quantidade de mercadorias e produtos ingleses de todos os tipos, exceto louças, presuntos, cerveja e manteiga, que eram muito caros por causa dos riscos de transporte. [Os principais comerciantes] não nos encaravam como estranhos, pois muitos deles já haviam visto ingleses em seu frequente intercâmbio com o Rio de Janeiro. (Mawe, 1812, p. 168-69)

⁴ Tomás Antônio Gonzaga. “Cartas Chilenas” em (Proença Filho, 1996, p. 829)

⁵ No livro Mawe afirma que Vila Rica perdera população, que havia muitas casas desertas e pessoas sem emprego, e que ficara surpreso com a “pobreza comparativa” da cidade, que conservava “apenas uma sombra de seu antigo esplendor”. Mas seu relato é sóbrio e equilibrado, descrevendo a cidade como bonita e bem cuidada, com um excelente sistema de distribuição de água nas residências e com lindos jardins cheios de flores. Menciona seu animado comércio, o grande número de comerciantes e profissionais de ofícios, e o luxo das classes abastadas. Sua descrição é radicalmente diferente do texto de Oliveira Martins, que afirma ter se baseado nele. O livro teve várias edições e foi traduzido para o alemão, o francês, o italiano, o espanhol e o russo, permanecendo como o principal formador de opinião sobre Minas Gerais na Europa durante várias décadas.

Tabela 1 - Ocupações e profissões em Vila Rica, 1804

Ocupação	No.	Ocupação	No.
Entalhador	1	Doceira	1
Escultores	3	Padeiras	3
Pintor sacro	1	Quitadeiras e quitandeiros	35
Músicos	43	Cozinheiros e cozinheiras	10
Cerieiro	1	Boleeiro	1
Chupeteiros	2	Criados (não inclui escravos domésticos)	2
Cirurgueiro	1	Lavadeiras	25
Esteireiro	1	Capineiros, lenheiros e carvoeiros	42
Fogueteiros	2	Carreiros	12
Pintores	6	Chacareiros, hortelões, lavradores e roceiros	70
Relojoeiros	3	Caixeiros de loja ou venda	18
Sirgueiro	1	Negociantes com estanque de tabaco	2
Carpinteiros	61	Negociantes de fazenda seca	19
Carpinteiro de seges	1	Negociantes de fazenda seca e molhados	2
Marceneiros	8	Negociante de fazenda seca e negros novos	1
Alfaiates	97	Negociantes de molhados do Reino e da terra	7
Costureiras	86	Negociantes com negócio de cortes	3
Sapateiros	114	Negociantes de toucinho	10
Sombreireiro	1	Negociantes de couros, açúcar, bestas, madeiras, etc.	13
Tintureiros	2	Negociantes com venda de efeitos da terra	110
Fiadeiras	25	Estalajadeiros	8
Rendeiras	3	Tropeiros com tropa no caminho do Rio	7
Tecedeiras	8	Boticários, enfermeiros, parteiras, cirurgiões e médico	22
Caldeireiros	4	Faiscadores e faiscadeiras	142
Ferradores	8	Mineiros	47
Ferreiros	40	Jornaleiros ou alugados livres	4
Fundidor de sinos	1	Burocratas e administradores privados	11
Funileiro	1	Advogados, rúbulas, solicitadores e cobradores	26
Latoeiros	43	Livreiro (encadernador)	1
Serralheiros	4	Professores de primeiras letras	4
Torneiros	3	Feitores	6
Canteiro	1	Eclesiásticos (padres e sacristãos))	46
Oleiro	1	Funcionários públicos de todos os escalões	81
Pedreiros	26	Militares de todas as patentes exclusive músicos	118
Correieiro	1	Capitalistas (vive de rendas ou aluguéis)	9
Seleiros	10	Suas agências, sem negócio e ocupação não registrada	512
Barbeiros	9	Outras ocupações	8
Cabelereiros	7	Vive pobre e vive de esmolos (chefes de fogo)	172

O censo registra mais de quarenta ocupações manuais e mecânicas, que eram exercidos por mais de 700 artistas, artesãos, oficiais, mestres e trabalhadores não especializados. O número efetivo destes profissionais era certamente muito maior, pois eles eram muitas vezes escravos, e só foram registradas as ocupações dos cativos do distrito de Ouro Preto.

Apenas nos seis distritos urbanos cobertos pelo censo trabalhavam 86 costureiras, 97 alfaiates e 114 sapateiros. Se a clientela potencial dos alfaiates fosse constituída por todos os homens adultos livres teríamos um alfaiate para cada 16 clientes. A quantidade de sapateiros (numa sociedade onde os escravos e os pobres andavam descalços), bem como as de ferreiros (40), de latoeiros (43), de carpinteiros (61) e de seleiros (10) é também surpreendente, e sugere que os mercados destes profissionais ultrapassavam os limites da cidade.

Além destes, e dos usuais marceneiros, pedreiros, serralheiros e fiadeiras, o mercado era amplo bastante para sustentar a oferta de serviços mais especializados, como, por exemplo, os de dois fogueteiros, dois chupeteiros, um fundidor de sinos e um cirigueiro. Havia na cidade riqueza suficiente para demandar os trabalhos de sete cabelereiros, um carpinteiro de seges e três relojoeiros, que eram, sem dúvida, especialidades de luxo. Esse luxo também foi registrado por Mawe:

Nas festas vespertinas para as quais fui convidado (...), observei que predominava a moda inglesa, especialmente entre as senhoras. As casas das classes altas em Vila Rica são muito melhores e mais bem mobiliadas do que as que vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, são mantidas em perfeita ordem. Seus leitos me pareceram tão elegantes que os considerei dignos de uma descrição mais detalhada (...) Sem excluir as últimas novidades nesta peça de mobília, nunca vi camas tão magníficas quanto as dos opulentos desta capitania. (Mawe, 1812, p. 200)

É evidente que a economia de Vila Rica era completamente mercantilizada. Ninguém vive de cortar seu próprio cabelo ou de costurar para si mesmo. Não existe sapateiro ou carpinteiro de subsistência, e nenhum comerciante sobrevive sem clientes. Os ofícios, as lojas e as vendas arroladas no censo pressupõem a existência de um mercado, com consumidores e com renda suficiente para pagar pela grande variedade de bens e de serviços oferecidos, muitos dos quais sofisticados e até supérfluos.

O setor saúde também era muito desenvolvido. A cidade tinha dois hospitais, (o Hospital Real Militar e a Santa Casa de Misericórdia) e os serviços de saúde eram prestados por cinco boticários, duas parteiras, três enfermeiros, nove cirurgiões e ajudantes de cirurgia, e pelo Dr. Tomás de Aquino Belo, de 79 anos, médico que já aparece em uma lista nominativa de 1769.

Vila Rica não se bastava em alimentos. Poucos indivíduos e poucos escravos se empregavam no “ministério de horta”. Verduras, legumes e frutas eram produzidos em quintais e chácaras, mas boa parte era destinada apenas ao consumo de seus proprietários. Os alimentos básicos que consumia vinham dos vários distritos agrícolas de seu termo e de outros lugares da capitania. Como qualquer área urbana, participava de uma divisão de trabalho, através da qual recebia comida e outros produtos rurais, oferecendo em troca serviços administrativos, de justiça, de saúde, de cultura, e de comércio, além dos produtos de seus oficiais e artífices.

A mineração, que foi a origem de tudo, não desaparecera, mas estava muito combalida. Os 47 mineiros distribuídos por todos os distritos, com exceção de Ouro Preto, empregavam pouco mais de 300 escravos. Seus plantéis eram, em geral, pequenos e muito desiguais: 17 mineradores não possuíam nenhum cativo, apenas quatro possuíam mais de 10, e somente um, o famoso Coronel José Veloso Carmo, minerava com uma “fábrica” de 126 escravos. A “lavra do Veloso” é frequentemente mencionada nos relatos dos viajantes, e os “mundéus do Veloso” podem ser vistos até hoje nas Cabeças.

No afã de demonstrar a derrocada da economia mineira, um dos argumentos prediletos dos decadentistas é o de que os antigos mineradores foram progressivamente perdendo substância até

se transformarem em “simples faiscaidores” que lutavam para arrancar, na gandaia, sua sobrevivência.

A faiscação parecia ser, de fato, uma atividade de subsistência, mas o perfil dos faiscaidores sugere que eles não eram mineiros decaídos, e sim gente originária das classes mais pobres, com uma grande maioria de africanos, crioulos, pardos e pretos. Entre os 109 homens, vários eram escravos em fogos cujos chefes não eram ocupados na mineração, ou eram quartados ou forros. Muitos eram agregados em domicílios também não ligados à atividade minerária, e outros eram filhos de cabeças de fogo forros, pobres e muito pobres. O maior número era formado por chefes de fogo crioulos, pardos ou pretos que não possuíam nenhum escravo. Quase nenhum deles tinha um perfil compatível com aquele que se costuma atribuir aos grandes ou mesmo aos médios mineradores do passado.

Quase todas as 33 mulheres arroladas na faiscação eram de origem africana. Havia algumas forras das nações benguela, angola e mina, ao lado de um numeroso grupo de crioulas e pretas. Várias eram muito idosas, como por exemplo, Vitória crioula (75), Arcanja crioula (77), Rita preta (77) e Domingas preta (77), que pelejavam no distrito do Morro.

Pessoas como essas viviam provavelmente no limite da subsistência, mas tinham ocupação, trabalhavam e não eram completamente desvalidas. Para os indivíduos em situação de extrema miséria o censo reserva expressões como “vive pobre”, “muito pobre”, “vive de pedir esmolas” e outras equivalentes, todas significando pobreza extrema ou indigência. Nesta categoria foram enquadrados 172 chefes de fogo. Na Vila Rica de 1804, como no Brasil de hoje, a pobreza extrema não era *color blind*, pois dentre os indigentes cuja raça foi registrada, 127 (88%) eram africanos ou seus descendentes (pretos, crioulos e pardos), contra apenas 18 brancos (12%).

Também não é surpresa que o sexo fosse outra característica definidora do perfil do grupo de domicílios muito pobres, 80% dos quais eram chefiados por mulheres. Um terceiro fator era a idade: 64% dos chefes indigentes tinham mais de 50 anos. A velhice podia ser trágica mesmo para gente famosa, como o compositor Jerônimo de Souza Lobo, que aos 83 anos, vivia pobre, em um fogo com mais oito agregados forros, todos pobres. Esse fator era especialmente importante na pobreza extrema dos brancos, mulheres e homens, mas principalmente dos últimos. Oito dos 11 chefes brancos do sexo masculino nessa categoria tinham 70 anos ou mais, e somente um, Veríssimo Pereira dos Santos, que era cego, tinha menos de 50.

Muitos indigentes eram ex-escravos que haviam sido simplesmente descartados por seus donos, como Manoel do Carmo, angola, de 100 anos; Ana Maria Antunes, preta mina, de 90 anos, que “vive só”; Zacarias preto angola forro de 80, ou Andresa mina, cega, de 86 anos. Cegueira, aleijão, loucura e doença eram causas mais igualitárias de pobreza, atingindo pretos e brancos, idosos e jovens, como por exemplo, Antônio Francisco, branco, cego, 88 anos; José Caetano, pardo, aleijado de 40; Simplício, crioulo, solteiro de 35, que “vive de esmolas por ser doente”; ou Ana Maria de Freitas, “mulher louca” de 76 anos. A viuvez também poderia condenar à miséria, sem respeitar idade ou raça. Viviam igualmente de esmolas Maria da Costa Silva, branca, viúva, de 70 anos; e Joana Roiz da Silva, parda, viúva, com 32 anos e três filhos pequenos.

Outro tipo bastante comum de indigência registrado pelo censo era constituído por mulheres abandonadas com filhos, que viviam “ausentes” de seus maridos, ou que eram mães solteiras, como, por exemplo, Anastácia Maria Antônia, parda, solteira, de 35 anos com dois filhos pequenos, ou como a moradora nas Cabeças, crioula, solteira, de 36 anos, que tinha nove filhos e que se chamava, ironicamente, Ana Felizarda.

Os mendigos de Vila Rica não moravam em “palácios carunchosos”. Muitos pobres moravam de aluguel, e o censo registra apenas uma, Luzia Felícia, preta mina, solteira de 16 anos, morando numa “casa de capim”.

Os exemplos citados são pungentes, mas não podem ocultar o fato de que a pobreza absoluta registrada por este inquérito era muito pequena comparada com a população total da cidade. É impossível determinar qual o critério usado pelos recenseadores (ou mesmo se tiveram

critérios objetivos e uniformes) para a inclusão de um chefe de fogo nesta categoria. Medições de pobreza são até hoje extremamente polêmicas e, mesmo entre especialistas, ninguém concorda com a “linha de pobreza” do outro. Os dados deixam bem claro que a cidade era próspera, mas não temos meios de avaliar qual era o padrão de vida material de muitos chefes de fogo não incluídos no grupo situado “abaixo da linha”. Tomando a classificação dos agentes censitários por seu valor de face, temos de concluir que os domicílios cujos chefes viviam em extrema pobreza constituíam apenas 10,3% do total dos 1.671 fogos da cidade, um índice muito reduzido. Com as hipóteses adicionais de que todos os moradores livres dos domicílios chefiados por pobres fossem também pobres, que não houvesse livres pobres nos domicílios chefiados por não-pobres, e que os fogos com chefes pobres e não-pobres tivessem a mesma média de moradores livres, chegamos à estimativa de 624 como o número total de pessoas livres indigentes em Vila Rica. Mesmo com todas as ressalvas necessárias, podemos concluir que a proporção de indigentes na população livre era muito baixa.

Existe uma forte correlação entre a prosperidade econômica e o desenvolvimento das letras e das artes. No tempo da bonança, Vila Rica já era um polo cultural importante na colônia, mas foi exatamente no final do século XVIII que seu desenvolvimento nesta área atingiu o apogeu.

Em 1770 foi inaugurada a Casa de Ópera, com 400 lugares, construída pelo contratador de impostos João de Souza Lisboa, com o apoio do governador Conde de Valadares e de seu secretário Cláudio Manoel da Costa. O teatro mantinha uma movimentada programação de óperas, música, peças teatrais e poesia dramatizada e ali, pela primeira vez no Brasil, mulheres pisaram no palco, substituindo homens travestidos nos papéis femininos.

No último quartel do século XVIII Vila Rica era o principal centro de criação literária no Brasil. O simpático governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1782) e sua mulher, Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon abriam sua casa para a elite da capitania, da qual participavam Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e vários outros poetas e intelectuais, em animados saraus de poesia e de “conversa deleitosa”, que tanta saudade deixaram no autor das Cartas Chilenas. Foi tão importante a produção da capital de Minas nessa época, que os estudiosos da literatura brasileira consideram que ela configura uma escola literária, uma Arcádia, em pleno Brasil central⁶. Em Vila Rica havia um livreiro encadernador e, conforme foi revelado pelos autos de seqüestro dos bens dos inconfidentes, várias bibliotecas bastante sofisticadas para a época.

“Em 1780, dada a efervescência da atividade musical, havia mais músicos em Minas Gerais do que em Portugal inteiro” (Castagna, 2011) e grande parte deles morava e trabalhava em Vila Rica..

Em 1804 foram recenseados 43 músicos, entre civis e militares. Minas Gerais foi a primeira região das Américas onde surgiu uma classe de músicos urbanos profissionais, mas vários deles precisavam se alistar em corporações militares porque os rendimentos da carreira independente eram insuficientes. Entre os artistas recenseados se encontravam importantes compositores barrocos, como Francisco Gomes da Rocha (50 anos, timbaleiro da Tropa de Linha); Marcos Coelho Neto, pai (58 anos, trombeta do Primeiro Regimento de Milícias); Marcos Coelho Neto, filho (28 anos, timbaleiro do mesmo regimento); Florêncio José Ferreira Coutinho (53, trombeta do Regimento de Linha) e Jerônimo de Souza Lobo, de 83 anos, compositor e antigo organista da Matriz do Pilar que, como anotado acima, estava reduzido à pobreza. O mais famoso dos compositores mineiros da época colonial, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, era do Serro, mas em 1800 mudou-se para Vila Rica, onde morou por alguns anos e foi mestre de capela da Matriz do Pilar.

⁶Veja-se sobre isso (Proença Filho, 1996), os belos ensaios que acompanham esta edição, e também (Alcides, 2003).

Vila Rica era um local de convergência de músicos por que lá estava estabelecido o maior mercado musical da capitania, e um dos maiores do Brasil. No final do século XVIII e início do XIX este setor estava em plena atividade, contratando compositores, maestros e músicos, que executavam tanto a produção local quanto músicas européias. O governo e a câmara encomendavam trabalhos para festas cívicas; as irmandades e as ordens terceiras disputavam os músicos para compor obras inéditas e para tocá-las nas missas, ladainhas, novenas e nos grandes eventos do calendário religioso. Embora seja menos documentada e menos estudada que a produção de música sacra, hoje se sabe que também se produzia muita música profana, que era tocada na Casa de Ópera, em outros lugares públicos e em residências⁷.

Também moravam na cidade um entalhador, três escultores (um dos quais, Manoel Francisco Lisboa, era filho do Aleijadinho) e o grande pintor sacro Manoel da Costa Ataíde. Outros intelectuais notáveis eram José Joaquim Viegas de Menezes, considerado o fundador da imprensa em Minas Gerais, Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, escritor e historiador e o Dr. Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governo e importante botânico.

O Donativo voluntário de 1804

Em Carta Régia enviada ao governador de Minas Gerais, D. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em 6 de abril de 1804, o Príncipe Regente D. João confessava que, diante da “geral e prolongada perturbação de toda a Europa”, a coroa não estava conseguindo fazer face “às despesas exorbitantíssimas” que o momento exigia, sendo portanto “forçado a procurar novos recursos”. Consciente da “fidelidade e zelo” de seus súditos coloniais, “que em todas as crises da nação puseram sempre à disposição do seu Soberano suas vidas e fazendas”, considerava indelicado “exigir por ordens positivas aquilo mesmo que por livre arbítrio tem constantemente praticado”.

Por esta razão, encarregou o governador de convocar “as pessoas competentes dessa Capitania”, para lhes dar ciência dos problemas, de modo que pudessem ajudar “espontaneamente com o que lhes for possível contribuir”. Para não se sentirem envergonhados de doar “aquilo que couber nas suas privativas faculdades, conviria talvez por limite à sua generosidade e estabelecer por tarifa (...) seiscentos réis por cabeça de cada escravo”. Para que ninguém sofresse vexações ordenava “positivamente que esta voluntária contribuição não haja de ter lugar senão por esta vez somente, e que vos limiteis, em todo o caso a aceitar o que cada um quizer livremente oferecer”. Recomendava, a título de incentivo, “que havendo quem se distinga sobre este objeto, Me deis conta em particular, para que o haja de atender e remunerar com despachos honoríficos”. (APM, SC-294)⁸.

Assim, além de estabelecer uma nova capitação de 600 réis por escravo, a carta régia convocava novamente os mineiros, que já tinham socorrido a coroa, através de subsídios “voluntários”, na reconstrução de Lisboa após o “terramoto” de 1755, na construção do Palácio da Ajuda, depois do incêndio da Real Barraca em 1794, e em vários outros apertos, a fazer novos donativos, agora para enfrentar a crise financeira causada pelas guerras napoleônicas, acenando com recompensas em mercês e títulos honoríficos.

D. Pedro Maria pôs mãos à obra e, apesar do “suposto estado decadente do país”, em menos de um ano arrecadou contribuições no valor de 252 contos de réis, como nos informa, em

⁷ Veja-se sobre este assunto: (Castagna, apostila s/d) e (Viana, 2012)

⁸ Veja também a carta de Lucas Antônio Monteiro de Barros, Ouvidor Geral da comarca, conclamando ao pagamento do donativo. APM. CMOP cx. 78, doc. 05.

depoimento de 1807, o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, alto funcionário do governo da capitania e testemunha ocular dos fatos (Vasconcelos, 1994, p.114-115)⁹.

Algumas listas de pessoas que fizeram estes donativos sobreviveram até os nossos dias e se encontram preservadas no Arquivo Público Mineiro. Os registros localizados até o presente são claramente incompletos, cobrindo apenas parte do valor total arrecadado, mas oferecem uma excelente amostra dos doadores. Os códices 2202 e 2203 incluem alguns registros para Sabará e outros termos, mas concentram-se claramente na comarca de Vila Rica. Há um número considerável de registros para a Cidade Mariana e para alguns distritos de seu termo, como Inficionado, Catas Altas e Passagem, porém para outros, como Guarapiranga, Antônio Pereira e Barra Longa, os dados são escassos e parecem muito fragmentários. A melhor cobertura desses códices é, felizmente para este trabalho, a de Vila Rica e seu termo. O códice 1610 lista exclusivamente doadores da Vila de São João del Rei, mas ainda não foi possível avaliar sua cobertura.

O códice 2202 contém 1.098 registros de donativos feitos entre 17 de agosto e 29 de dezembro de 1804. Cada lançamento traz a data, o nome do doador e frequentemente seu local de residência. Muitas vezes o nome é seguido de um título (capitão, coronel, reverendo, doutor, dona, etc.) e nos casos de funcionários, militares e eclesiásticos as ocupações e os cargos são registrados. Alguns são acompanhados por anotações como “preto”, “preto forro” ou “preta forra”. Os registros são padronizados, discriminando com clareza as contribuições referentes à posse de escravos (sempre um múltiplo de 600 réis) e aquelas feitas “por si”, expressão empregada para designar os donativos voluntários, também chamados de “gratuitos”.

O códice 2203 parece ser um rascunho do 2202. A caligrafia é muito pior, as informações são mais precárias e muitos nomes são repetidos, mas ele contém registros dos primeiros meses de 1805, que não aparecem no códice anterior.

A compilação minuciosa, registro por registro, dos dois códices, resultou na identificação de 627 doadores individuais (foram excluídas umas poucas doações coletivas e institucionais) residentes no termo de Vila Rica, dos quais 285 moravam na cidade, e 342 em outros distritos (Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Casa Branca, São Bartolomeu e outras localidades). Através da conjugação de informações dos códices, do censo de 1804 e de outras fontes, foi possível estabelecer com segurança os locais de residência de 86% dessas pessoas, bem como as ocupações de 69% das mesmas.

O povo de Vila Rica foi muito generoso com as aflições do príncipe. Não só acudiu ao seu chamado em grande número, como também ofereceu quantias vultosas. A elite talvez tenha tido uma dupla motivação: a isca dos títulos e honrarias pode ter sido reforçada pela ânsia de prestar vassalagem e reafirmar sua lealdade à metrópole. A Inconfidência era muito recente, muitos haviam convivido com os conjurados, vários tinham sido camaradas do Alferes no regimento de cavalaria. Mas nada disso explica o apoio do povão, dos muitos que deram alguns milréis, do preto forro ou da vendeira parda que doaram uma ou duas patacas. A adesão dos mineiros ao pedido da coroa é um tema instigante e que merece estudo, mas não nos interessa neste momento. Aqui usaremos os registros do donativo voluntário apenas para mostrar que havia dinheiro, muito dinheiro, em Vila Rica.

Adotando a hipótese de que todos os doadores fossem chefes de fogo, concluímos que 17% dos 1.671 cabeças da cidade fizeram doações. Como 251 deles eram do sexo masculino e os fogos chefiados por homens eram 919, chegamos ao impressionante resultado de que mais de um quarto

⁹ Veja também: (Biblioteca Nacional.1986) *Uma raridade bibliográfica: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806* e (Anônimo, 1866) “Descobrimiento de Minas Gerais”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIX, parte primeira: Rio de Janeiro, 1866, p. 54.

(27,3%), dos homens chefes de fogo fizeram donativos. Qualquer que seja a margem de erro desta estimativa, não há como escapar à conclusão de que a participação dos moradores de Vila Rica foi incrivelmente alta.

Tabela 2 - Vila Rica, Donativo voluntário de 1804, por distritos urbanos

Localidades	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doado como gratuito
Ouro Preto	149	63.451	59.501	138	93	94
Antônio Dias	36	49.321	45.954	33	92	93
Alto da Cruz	15	14.507	12.427	11	73	86
Cabeças	30	45.723	40.183	22	73	88
Padre Faria	5	31.980	30.780	5	100	96
Morro	9	6.211	3.411	5	56	55
Não especificadas	41	92.503	85.449	39	95	92
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

A tabela 2 nos mostra que o donativo médio da cidade foi de 59 milréis. Esse valor é significativamente mais alto que os observados em outras áreas urbanas, superando o da Cidade de Mariana (36 milréis) em mais de 60%, e o da Vila de Sabará (28 milréis, com apenas 69 casos) em mais de 100%. É três vezes maior que o donativo médio (incluindo áreas urbanas e rurais) do restante da capitania. No distrito de Ouro Preto, onde estava o maior número de doadores, atingiu mais de 63 mil milréis, e a média mais alta ocorre na classe de moradores em áreas não especificadas, porque nela estão incluídos vários grandes doadores que moravam, com certeza, na cidade, mas cujos distritos de residência não foi possível determinar com segurança.

Nome do doador	Cargo ou atividade	Escravos (número)	Donativo por escravos (réis)	Donativo gratuito (réis)	Donativo total (réis)
Doutor Inácio José de Souza Rebelo	Procurador e delegado da Junta da Real Fazenda	115	69.000	1.600.000	1.669.000
Capitão Florêncio Guedes Pinto de Souza	Comandante de companhia da tropa regular	9	5.400	1.600.000	1.605.400
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo	Governador e Capitão General da Capitania	4	2.400	1.200.000	1.202.400
José Ribeiro Carvalhais	Negociante fazenda seca e empreiteiro de obras	11	6.600	1.000.000	1.006.600
José Veloso Carmo	Vive de minerar, com fábrica	200	120.000	680.000	800.000
Desembargador Francisco de Moraes Pimentel	Intendente do Ouro de Vila Rica	1	600	600.000	600.600
Reverendo Doutor Joaquim Veloso de Miranda	Botânico e Secretário do Governo	23	13.800	400.000	413.800
Doutor Lucas Antônio Monteiro de Barros	Ouvidor Geral da Comarca de Vila Rica	12	7.200	309.600	316.800
Cirurgião Mor Antônio José Vieira de Carvalho	Vive de cirurgião e chacareiro	19	11.400	188.600	200.000
Alferes Manoel Dias do Couto	Negociante de molhados	2	1.200	128.800	130.000
Capitão Carlos de Assis Figueiredo	Negociante de fazenda seca	2	1.200	98.800	100.000
Antônio José de Souza	Negociante de fazenda seca	4	2.400	57.600	60.000
Reverendo João Antônio Pinto Moreira	Vigário da freguesia de Antônio Dias	5	3.000	47.000	50.000
Capitão Libório Martins Machado	Fiscal da Intendência desta Vila	2	1.200	18.800	20.000
Caetano José Cardoso	Ajudante de Cirurgia da Cavalaria de Linha	6	3.600	12.400	16.000
Marcos Coelho Neto, filho (compositor)	Trombeta da Cavalaria de Milícias, compositor	0	0	8.000	8.000
Rosa Maria Gomes Caldas	Crioula forra	5	3.000	3.000	6.000
Furriel Faustino Vieira de Souza	Vive de sapateiro e negócio de botequim e venda	6	3.600	2.400	6.000
Alferes Manoel da Costa Ataíde (pintor sacro)	Vive da arte da pintura	4	2.400	2.400	4.800
João Ribeiro da Luz	Tem negócio de toucinheiro	0	0	2.400	2.400
Joaquim de Souza Machado	Preto forro, vive de barbeiro	1	600	1.800	2.400
João da Silva de Figueiredo	Soldado do Regimento de Linha	3	1.800	0	1.800
Inês Josefa Maria	Viúva pobre	0	0	1.800	1.800
Antônia da Rocha Pereira	Preta forra, com duas escravas quitandeiras	2	1.200	0	1.200
Isabel Feliciano	Vive de suas costuras	2	1.200	0	1.200
João Roiz da Silva	Funcionário, pedestre do correio	0	0	810	810
Antônia Francisca do Nascimento	Vive de suas costuras (80 anos)	1	600	0	600
Joaquina Rosa	Vive com negócio de venda	0	0	600	600
Florência Ribeira	Crioula, mineradora sem escravos	0	0	300	300

Na tabela 3 podemos ver que os grandes da terra doaram pequenas fortunas. Com um único desses donativos o príncipe poderia, se não estivesse apertado por outras “percisões do Estado”, comprar cerca de 17 escravos, ou mais de 23 toneladas de carne de vaca (ao preço de 1820), ou ainda sustentar o Bispo de Mariana por quase dois anos.

Mas não foram só os altos funcionários, os grandes empresários e os comandantes militares que atenderam ao chamamento. Como se pode ver na tabela de exemplos, muito mais gente, de todas as classes, ocupações e cores, também fez donativos. Médios e pequenos funcionários, médios, pequenos e micro comerciantes, oficiais inferiores e soldados, profissionais, artesãos, forros e forras, e até pobres, doaram, cada um dentro de “suas privativas faculdades”.

Tabela 4 - Donativo de 1804 comparado com as remunerações de funcionários e eclesiásticos

Faixas do donativo (em réis)	Doadores (número)	Donativo médio (réis)	Equivalente em meses de salário					
			IOVR	BDM	OGVR	PRF	VCM	PCVR
Mais de 1 conto	4	1.370.850	10,3	20,5	32,6	41,5	80,6	124,6
400.000 a 800.000	3	604.800	4,5	9,0	14,4	18,3	35,6	55,0
200.000 a 317.000	12	244.897	1,8	3,7	5,8	7,4	14,4	22,3
100.00 a 180.000	24	121.392	0,9	1,8	2,9	3,7	7,1	11,0
50.000 a 99.000	26	61.447	0,5	0,9	1,5	1,9	3,6	5,6
20.000 a 40.000	43	27.187	0,2	0,4	0,6	0,8	1,6	2,5
10.000 a 18.000	35	13.386	0,1	0,2	0,3	0,4	0,8	1,2
6.000 a 9.500	31	7.279	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7
1.000 a 5.400	79	2.535	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Menos de 1.000	28	588	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	285	59.044	0,4	0,9	1,4	1,8	3,5	5,4

IORV = Intendente do Ouro de Vila Rica

BDM = Bispo da Diocese de Mariana (côngrua)

OGVR = Ouvidor Geral de Vila Rica

PRF = Procurador da Real Fazenda

VCM = Vigários da capitania de Minas (côngrua)

PCVR = Procurador da Câmara de Vila Rica

A tabela 4 separa os donativos por faixas de valor e os compara com os vencimentos da alta elite do serviço público (o Intendente do Ouro de Vila Rica e o Ouvidor Geral da Comarca), de outros funcionários graduados (procuradores da Real Fazenda e procuradores da Câmara de Vila Rica), e ainda com as côngruas da mais alta autoridade religiosa (o Bispo da diocese de Mariana) e dos vigários da capitania, que não eram simples padres, mas titulares das paróquias. Os valores dessas remunerações são exatos e se referem exatamente ao período aqui enfocado (Vasconcelos 1994, PP. 89-131).

Cada um dos donativos da faixa mais alta poderia remunerar, como já observamos, o Intendente do Ouro que, excetuado o Governador, tinha o maior salário da capitania, por quase um ano, o Ouvidor geral por mais de trinta meses, um Procurador da Real Fazenda por mais de quarenta, e um Procurador da câmara por mais de dez anos. A quarta faixa de donativo ainda manteria o Bispo por cerca de dois meses, o Ouvidor Geral por cerca de um trimestre, e um vigário por mais de um semestre. A média das doações, que inclui todas as contribuições de ricos, remediados e pobres, ainda seria capaz de manter o Ouvidor por um mês e meio, e um vigário por mais de um trimestre.

Os valores das faixas mais baixas são pequenos comparados aos salários da elite da burocracia, mas nem por isso deixam de ser significativos. As doações mais modestas demonstram simplesmente que as pessoas mais modestas também queriam doar, e o fizeram porque podiam. Só doa quem tem, quem não tem não pode dar.

Tabela 5 - Donativo voluntário de 1804, distritos urbanos de Vila Rica, por ocupações

Ocupações	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doado como gratuito
Eclesiásticos	10	20.940	15.120	10	100	72
Funcionários	64	121.829	115.304	64	100	95
Militares	52	83.413	79.686	49	94	96
Mineiros*	6	149.783	124.983	6	100	83
Negociantes	18	97.322	95.356	18	100	98
Vendeiros	11	3.818	3.164	11	100	83
Artes e ofícios	25	18.432	15.816	22	88	86
Pobres	3	1.000	600	1	33	60
Outras e ignoradas	96	13.825	10.700	72	75	77
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

(*) Inclui faiscaidores

Não é necessário repetir o exercício de bispos e funcionários para constatar que as doações médias de algumas categorias ocupacionais foram muito elevadas. Entretanto essas médias tem pouca representatividade. A divisão da amostra em grupos torna alguns deles pequenos (com poucos casos) e como a dispersão é grande, o valor médio é muito influenciado por poucos grandes doadores. Isso é especialmente grave no grupo dos mineradores, onde uma única doação (do Coronel Veloso) arrasta a média para cima, mas ocorre também em outras categorias.

Excluindo os mineiros, a média mais alta é, sem nenhuma surpresa, a dos funcionários, seguida pelos negociantes e pelos militares. A contribuição dos eclesiásticos é surpreendentemente baixa, sendo quase equiparada pela dos artistas e artesãos. Também não surpreende que as médias dos vendeiros e dos pobres sejam as mais baixas.

É importante registrar que altas doações de muitos funcionários, assim como, as de vários militares, não se devem apenas aos seus cargos ou patentes. Vários deles possuíam grandes escravarias (de dezenas e até mais de cem cativos), e tinham rendas e atividades paralelas, como mineração, agricultura e comércio. Muitos eclesiásticos estavam na mesma situação, como o padre José Botelho Borges, Chantre da Sé de Mariana, que tinha 30 escravos e era dono da famosa mina da Passagem. Entre os doadores de Vila Rica em 1804, nenhum religioso era grande proprietário, mas encontramos, entre outros, o padre Vidal José do Vale, pároco da matriz do Pilar de Ouro Preto, que possuía 15 cativos e tinha uma roça na Boa Vista, e o padre Domingos Francisco de Carvalho, com 10 escravos e uma chácara na Saramenha.

Tudo indica que a contribuição pela posse de escravos foi uma *verdadeira capitação*. A própria carta régia determinou que se estabelecesse uma *tarifa* por cada cabeça de escravo, e *todos* os doadores que declararam possuir cativos pagaram exatamente 600 réis por cada um deles.

Alguns grandes senhores pagaram quantias vultosas por seus plantéis. O Coronel Francisco de Abreu Guimarães, do distrito de Matosinhos, em Sabará, teve de pagar 429 milréis pelos 715 escravos do Vínculo da Jaguará. Em Vila Rica o Coronel José Veloso Carmo, minerador nas Cabeças, pagou 120 milréis pelos 200 cativos que trabalhavam em sua lavra¹⁰. Porém, em todos os lugares esse componente foi apenas uma pequena parte da doação total. No restante da capitania representou 24% do total doado e no termo de Vila Rica foi responsável por apenas 12,8% deste valor. Na cidade as contribuições pelos escravos não passaram de 7% do total arrecadado.

Os donativos a título gratuito ultrapassam o obrigatório e são os que revelam verdadeiramente a vontade e a capacidade financeira de contribuir. Os registros mostram que em Vila Rica havia, sem dúvida alguma, essa vontade e essa capacidade, não só entre os ricos, mas em diversas faixas socioeconômicas médias e até entre os mais pobres.

Entre os dez maiores doadores “por si” da capitania, só não moravam na capital Dom Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana, que fez um donativo gratuito de 1 conto e 400 milréis; o Sargento Mor Antônio Caetano Pinto Coelho, riquíssimo proprietário da mina de Cocais, em Caeté, que doou gratuitamente 1 conto de réis; e o já mencionado Coronel Francisco de Abreu Guimarães, administrador da Jaguará, em Matosinhos, que doou 771 milréis por si.

Na tabela 2 podemos ver que cerca de nove em cada dez doadores da cidade fizeram doações gratuitas e que 93% de todo o dinheiro foi doado através desta modalidade. A tabela 5 revela que *todos* os eclesiásticos, funcionários, mineiros, negociantes e vendeiros da amostra fizeram doações por si, e que mais de 95% dos totais doados por funcionários, militares e negociantes foi por meio de doações gratuitas.

Os ricos fizeram doações polpudas, como se vê na tabela 3, mas além dessas houve muitos donativos gratuitos grandes e médios feitos sobretudo por funcionários de menor escalão, negociantes de porte médio e militares.

Descendo a escala vem as pequenas quantias doadas por pessoas mais pobres, como vendeiros e artesãos, e também por funcionários e eclesiásticos sovinas.

Fechando a lista, aparecem os comoventes donativos gratuitos de gente muito pobre, que não tinha nenhum escravo e, portanto, nenhuma obrigação. Como as de Anacleto Ferreira, do Morro de São João, ou da nossa conhecida Florência Ribeira, a mineradora pobre do Taquaral, que doaram 300 réis cada um, para ajudar a bancar a neutralidade de Portugal, perdido como um cego no tiroteio da Europa convulsionada pelo Corso. Florência não tinha, com certeza, nenhuma aspiração às grandezas prometidas pelo príncipe, mas teve, como muitos habitantes de Vila Rica, a vontade e o dinheiro para contribuir.

Conclusão

¹⁰ O censo registra apenas 126 escravos na fábrica do Coronel Veloso, mas em seu donativo ele próprio declara que eram 200.

Não podemos concluir se Vila Rica havia decaído ou não, porque simplesmente não sabemos como ela era antes. Não existe nenhum dado ou baliza concreta que permita comparar *objetivamente* a situação econômica e social da cidade no final do século XVIII com o período do auge da mineração, ou de uma nebulosa idade de ouro, “que ninguém sabe o que seja”.

Expressões etéreas como “*o antigo esplendor*”, ou “*a idade em que o lobo pastava entre as ovelhas*”¹¹, são completamente vagas e em nada ajudam nesses confrontos. Memórias nostálgicas, opiniões retrospectivas de viajantes estrangeiros e depoimentos de história oral não são precisos nem confiáveis. O relato do *Triunfo Eucarístico* pode incendiar imaginações barrocas, mas é totalmente inútil para servir de âncora a comparações econômicas, de riqueza e de bem estar da comunidade.

Não temos elementos para fazer comparações no tempo, mas os dados disponíveis permitem uma análise “no ponto”, ou seja, podemos examinar o presente de Vila Rica em 1804 e avaliar, com razoável objetividade, sua situação naquele momento.

Com base no material apresentado acima, acredito que, no período enfocado neste trabalho, Vila Rica não estava em ruínas nem passava por um processo de degradação. Era, muito pelo contrário, uma cidade multifuncional, com uma economia diversificada, viva e em pleno funcionamento. Suas condições econômicas, sociais e culturais fariam inveja à maioria das cidades da colônia.

Em tempo: Revendo o título deste trabalho, tenho de reconhecer que fui injusto com a lavra de aluvião. Ela pode ter sido rudimentar e superficial, mas não era leviana nem cabotina e, afinal, produziu muito ouro.

Bibliografia

¹¹ Cláudio Manoel da Costa. “O Parnaso obsequioso”, em Proença Filho 1996, p. 318.

Aguiar, Rosa Freire d' (ed.) *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

Alcides, Sergio. *Estes Penhascos. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

Anônimo, “Descobrimento de Minas Gerais” *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIX, parte primeira: Rio de Janeiro, 1866.

Arquivo Público Mineiro. Códice CC 2202. Livro de registro de receita e despesas dos donativos e ofertas instituídos pela Carta Régia de 06/04/1804.

Arquivo Público Mineiro. Códice CC 2203. Livro das contas correntes dos donativos e ofertas instituídas por Carta Régia de 06/04/1804.

Arquivo Público Mineiro. Códice CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes.

Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. SC-294.

Arquivo Público Mineiro. SG caixa 77 doc. 79. “Mappa dos habitantes que existem no termo de Villa Rica em o anno de 1808”.

Arquivo Público Mineiro. CMOP caixa 78, doc. 05 Solicitação do cumprimento da Carta Régia de 06/04/1804, que estabelece o imposto de 600 reis pela posse de escravos e pelo donativo voluntário.

Biblioteca Nacional. *Uma raridade bibliográfica: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1986.

Brown, Larissa Virginia. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. Ph. D. dissertation, University of Virginia, 1986.

Carone, Edgard (comp.), *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

Castagna, Paulo. “A Música Religiosa Mineira no século XVIII e primeira metade do século XIX”. UNESP: Apostila do curso História da Música Brasileira. Instituto de Artes da UNESP s/d.

Castagna, Paulo. “A pauta restaurada do som das cidades”. *O Estado de S.Paulo*, 12 de novembro de 2011.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7a. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Goldin, Claudia Dale. *Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

Higman, B. W. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.

Knight, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimaráes e Cia. Editores, 1978. (primeira edição 1880).

Mathias, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1969.

Mawe, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1812.

Proença Filho, Domício (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

Ramos, Donald. “Marriage and the family in colonial Vila Rica”. *Hispanic American Historical Review*, 55:2 (maio 1975).

Ramos, Donald. “Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center”. *The Americas*, (abril 1979).

Simonsen, Roberto C. “Aspectos da História Econômica do Café”, em Carone, 1973, originalmente publicado na *Revista do Arquivo*, no. LXV, São Paulo, 1940.

Simonsen, Roberto C.. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. 8a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

Vasconcelos, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

Viana, Fábio Henrique. *A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822)*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

Wade, Richard C. *Slavery in the Cities. The South 1820-1860*. London, Oxford and New York: Oxford University Press, 1964.